

# Comportamento revoltante

O Congresso Nacional segue dando demonstrações de estar dissociado da Nação com uma desenvoltura que gera ora espanto, ora revolta. O noticiário dos últimos dias tem sido especialmente extenso e diversificado a esse respeito. A naturalidade com que se colocam questões de interesse particular — e em muitos casos até individual — acima e à frente dos nacionais lembra o comportamento de certos adolescentes cuja necessidade de afirmar sua individualidade os leva a tomar atitudes extravagantes e sabidamente equivocadas unicamente com o objetivo de ressaltar sua autonomia.

Amanhã, os parlamentares votarão o reajuste dos vencimentos do Presidente da República, do vice, dos ministros e deles próprios. Não se trata de questionar o fato em si, que decorre de dispositivo constitucional, nem de negar que a remuneração de senadores e deputados é, hoje, realmente baixa. Contestar estes dados é demagogia, assim como comparar a remuneração de ministros e parlamentares com o salário mínimo. Sintomaticamente, quem o faz raramente tem rendimentos inferiores aos criticados e é evidente que por mais urgente que seja elevar o poder aquisitivo da população, pessoas que desempenham as funções em questão devem ter rendimentos compatíveis com as funções e responsabilidades, pelo menos para custear despesas inerentes aos cargos e que são elevadas. É do interesse público que congressistas e autoridades não passem por constrangimentos financeiros.

O que merecidamente provoca a indignação da opinião pública é o fato de que certamente não haverá boicote ou problema de quórum numa sessão com este assunto em pauta. O mesmo se pode dizer da recorrente idéia de restabelecer o “jeton” sob a justificativa de que isso estimularia a assiduidade dos parlamentares. Nesse aspecto, há que se convir, não há motivo para tratamento diferenciado entre os detentores de mandatos eletivos, seja em que nível for, e o cidadão comum. Algumas empresas e entidades adotam mecanismos de estímulo à assiduidade e à pontualidade de seus colaboradores, mas a ninguém ocorre propor que o assalariado brasileiro, seja operário ou executivo, ganhe um “x” a mais sobre seu salário básico em função do número de dias traba-

lhados. Nem é o caso de se propor “cortar o ponto” do parlamentar a cada sessão a que não comparecer, já que é inegável que muitas vezes exerce muito melhor suas atividades longe dos plenários.

Não se venha atribuir à imprensa a responsabilidade pelo desgaste da “imagem” dos políticos. O eleitor sabe muito bem — cada vez melhor, aliás — quais são os parlamentares que desempenham adequadamente seus mandatos, a despeito das fraudes e outras manipulações que, infelizmente, seguem ocorrendo. A última eleição é prova disso, não apenas quando se observa quem foi reconduzido e que o brasileiro deseja longe do Congresso, mas também quando se constata a presença, entre os eleitos, de pessoas que retornam ao Legislativo, depois de derrotados em outra oportunidade, numa demonstração de que o eleitor é também capaz de reconhecer erros e injustiças e rever seus conceitos.

O que a opinião pública não aceita é, comportando-se como se o mandato eletivo fosse uma carta de corso, alguns políticos tratem exclusivamente de seus interesses privados e conveniências e, quando flagrados, pilhando o erário ou praticando alguma irregularidade — como no caso do uso da gráfica do Senado com fins eleitorais —, rápida e complacentemente se autoperdoem, estipulando como penitência pagar o custo do trabalho feito pelo órgão público como se isso fosse suficiente e eludindo o fato de que o maior dano, o uso de recursos públicos em suas campanhas e os efeitos disso, não é anulado. Basta perguntar a qualquer humilde brasileiro o que pensa da disputa dos políticos por cargos e postos. O que pensa da decisão da Mesa do Senado, por exemplo, de fazer obras desnecessárias como a demolição de um restaurante e a construção de outro (decisão, diga-se de passagem, que só foi revista em função da repercussão negativa que gerou) e de contratar um número maior de copeiros e outros servidores para atender gabinetes e a Mesa (170 copeiros para 81 senadores) no momento em que os governos federal e dos estados tomam medidas com o objetivo de reduzir seus custos, e a Nação se esforça por alcançar a estabilidade econômica.